



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 036/2022

Referência: Processo nº 1202/2021

Assunto: Projeto de Lei nº 035, de 08 de abril de 2021

Autor (a): Vereador Leandro dos Santos – DEM e Vereadora Mazéh Silva - PT

Assinado por: Vereador Leandro dos Santos – DEM e Vereadora Mazéh Silva - PT

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 035, de 08 de abril de 2021, autoriza a criação do Programa de Aproveitamento de Terrenos Baldios do município de Cáceres/MT, para o cultivo de hortifrúti e dá outras providência.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Excelentíssimo Vereador Leandro dos Santos – DEM e da Excelentíssima Vereadora Mazéh Silva, dispondo sobre a autorização da criação do Programa de Aproveitamento de Terrenos Baldios do município de Cáceres- mt para o cultivo de hortifrúti e dá outras providência.

O presente projeto de lei, visa criar um programa municipal de aproveitamento de terrenos baldios, para o cultivo de hortifruti, com obrigações às Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Econômico e Assistência Social.



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

O projeto de lei é composto de 10 artigos, regulamentando a forma e o modo como a Prefeitura Municipal fará o aproveitamento dos terrenos baldios em nossa cidade, para a finalidade de cultivo de hortifrutis.

Com efeito, desde já parabenizamos os Excelentíssimos Vereadores Leandro dos Santos – DEM e Mazéh Silva pela iniciativa, que visa dar uma finalidade útil aqueles terrenos não ocupados em nossa cidade de Cáceres, que reconhecemos são muitos.

Porém, com o devido respeito, temos que reforçar que todo programa criado através de uma lei, **precisa ter a respectiva dotação orçamentária.**

Esse entendimento resta pacificado na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

“Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei municipal que dispõe sobre autorização do Poder Executivo Municipal para instituir Programa de Imunização Total de Vacinação para Crianças, contando com a aquisição de vacinas que são adquiridas pelos cidadãos em Clínicas Particulares - Ofensa ao princípio da separação e harmonia de poderes - Usurpação de iniciativa - Matéria reservada ao Chefe do Executivo - **Criação de despesas sem indicação da fonte orçamentária** - Violação dos artigos 5º e 24, §§ 2º e 5º, 25 e 176, I, todos da Constituição do Estado de São Paulo, aplicáveis aos Municípios em virtude do disposto em seu artigo 144 - **Inconstitucionalidade reconhecida- Ação procedente.** (TJ-SP - ADI: 1577200700 SP, Relator: José Reynaldo, Data de Julgamento: 16/07/2008, Órgão Especial, Data de Publicação: 29/07/2008)” (gf)

“CONSTITUCIONAL - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL Nº 2.273/2017-PMM - ESTATUTO DE DEFESA, CONTROLE E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR - VICIO DE INICI-



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

ATIVA - VIOLAÇÃO A PRECEITOS CONSTITUCIONAIS - CRIAÇÃO DE DESPESAS SEM INDICAÇÃO DA FONTE DE CUSTEIO - ILEGALIDADE - INCONSTITUCIONALIDADE - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1) Ex vi' do que dispõem o art. 61, § 1º, inc. II, alínea 'a', da Constituição Federal, e o art. 104, parágrafo único, inc. II, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que preconiza o princípio da simetria, a lei municipal que cria cargos do poder executivo é de iniciativa privativa do prefeito do município; 2) A Lei nº 2.273/2017-PMM, embora não determine expressamente, a criação de órgãos e cargos públicos, sugere que deve ser criado um órgão municipal responsável pelo desenvolvimento das ações de que trata o art. 1ª, caput, dessa Lei, e que será ligado à Secretaria Municipal de Saúde, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, desenvolver campanhas e programas de informação e orientação, com respaldo legal e técnico para maior conscientização da população, esterelização cirúrgica, registro, identificação e guarda de animais; **3) Padece também de ilegalidade, por violação da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal, a lei que cria despesa sem indicação da fonte de custeio;** 4) Pedido procedente. (TJ-AP - ADI: 00001750920188030000 AP, Relator: Desembargador MANOEL BRITO, Data de Julgamento: 28/11/2018, Tribunal) (gf)

Nesse contexto, considerando a criação de obrigações ao Poder Executivo Municipal, não há como dar prosseguimento ao presente projeto de lei, sem antes ter juntado a indicação da fonte de custeio.

Assim, cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **inconstitucionalidade e ilegalidade** do Projeto de Lei nº 035, de 08 de abril de 2021.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

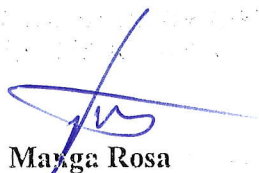


ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **inconstitucionalidade e ilegalidade** do Projeto de Lei nº 035, de 08 de abril de 2021.


É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2022.



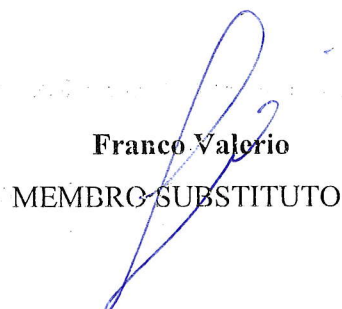
Mayga Rosa

PRESIDENTE



Pastor Junior

RELATOR



Franco Valerio

MEMBRO-SUBSTITUTO